



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_<sup>a</sup>)  
 PERGUNTA Número 2822 / x ( 4<sup>a</sup>)

Expeça-se
Publique-se
<u>24 / 06 / 2009</u>
Q Secretária da Mesa <u>Recorreio</u>

Assunto: **Problemas decorrentes da reflexão organizada pela ANEFA, Jornadas «A Floresta em Debate», 28 e 29 de Maio de 2009, na Auditório de Monsanto / Parque Florestal, em Lisboa**

Destinatário: **Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**

*Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República*

A ANEFA, Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente, realizou uma reflexão sobre os problemas da Floresta Portuguesa e fez chegar ao Grupo Parlamentar do PCP um balanço do debate realizado.

Cinco questões principais são sublinhadas:

- (i) **A utilização dos dinheiros do Fundo Florestal Permanente (FFP)** – tendo sido arrecadados mais de 100 milhões de euros em quatro anos, a ANEFA pergunta quantos hectares de floresta foram tratados e quantos foram plantados.
- (ii) **A aplicação do ProDeR na área florestal** – são conhecidos os atrasos iniciais do Programa. Só em 2008 foram regulamentadas as medidas florestais, com uma operacionalização por «processos informáticos rígidos e complexos». Tendo sido já apresentadas candidaturas em 2008 e 2009 (esperando-se ainda para 2009 a abertura de novos concursos), e sendo conhecido o número e tipologia dessas candidaturas entradas, constata-se que no fim do primeiro semestre de 2009 não há qualquer informação sobre decisões da sua aprovação/reprovação! E, logicamente, muito menos qualquer transferência de fundos para os projectos florestais apresentados!



- (iii) **Apresentação de Plano de Gestão Florestal (PGF) prévio à candidatura de projectos** – reclama a ANEFA, não da exigência mas do facto que havendo o enquadramento legal conhecido (ENF, PNDFCI e PROF), não estão disponíveis parte dos elementos necessários para a elaboração de um PGF, pois o Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de Janeiro, remete para normas técnicas de elaboração, que deviam ser definidas e publicitadas pela AFN, o que ainda não foi feito. Aliás, segundo a ANEFA, haverá 350 PGF em análise e apenas 5% com os elementos já aprovados.
- (iv) **Proposta da ANEFA para o consumo prioritário por parte da indústria de madeira de pinho infectada pelo nemátodo**, a processar em cerca de sete meses. Queixa-se a ANEFA que a sua proposta não teve direito a qualquer avaliação por parte das entidades competentes.
- (v) **Constatação de que da madeira queimada em 2003 apenas cerca de 1% foi processada pelo circuito montado pelo Estado, com a criação de Parques de Recepção de Madeira Queimada**, que terão custado 800 mil euros (a que devem aumentar-se os custos de 700 mil euros na aquisição de pinho ardido). De onde, conclui a ANEFA, que ainda hoje existam extensas áreas com madeira por abater, e logo, não libertadas para a necessária reflorestação.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que resposta dá o Governo relativamente às questões levantadas pela ANEFA no que diz respeito à área da floresta «limpa» e área de floresta plantada com dinheiros do FFP?
2. Que razões explicam a falta de decisão no fim do primeiro semestre de 2009 sobre as candidaturas de projectos florestais apresentados anteriormente? Quantos se prevêem que venham a ter decisão favorável?
3. Que avaliação faz o Governo da falta de normas técnicas que deviam ser elaboradas pela AFN, para apresentação dos PGF? Quando estará o problema resolvido? Quantos PGF estão já aprovados?



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

4. Porque razão não houve qualquer resposta ao Plano da ANEFA para priorizar o consumo da madeira de pinho infectada pelo nemátodo? Que acompanhamento faz o Governo desse problema?
5. Que avaliação tem o Governo relativamente à retirada da madeira ardida em 2003? Confirmam-se os valores da ANEFA na criação do Parque de Recepção e pagamento da madeira ardida? Que medidas estão em curso para a retirada da madeira que ainda continua em terrenos florestais?

Palácio de S. Bento, 24 de Junho de 2009

O Deputado,

Agostinho Lopes